

O DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO EM BERLIM¹

EL DEBATE SOBRE LA REVOLUCIÓN DE BERLÍN

THE DEBATE ON THE BERLIN REVOLUTION

Friedrich Engels²

Colônia, 13 de junho.

Finalmente, a Assembleia Ententista se pronunciou resolutamente. Ela negou a revolução e reconheceu a teoria ententista³.

O fato sobre o qual tinha de se pronunciar era o seguinte: Em 18 de março o rei prometeu uma constituição, introduziu a liberdade de imprensa com caução⁴ e declarou em uma série de propostas que a unidade da Alemanha seria alcançada pela incorporação da Alemanha à Prússia.

Estas foram as concessões do 18 de março, reduzidas a seu verdadeiro conteúdo. Que os berlinenses tenham se declarado satisfeitos com isso, que tenham se postado à frente do castelo para agradecer ao rei por elas, prova do modo mais claro a necessidade da revolução de 18 de março. Não só o estado, também os *cidadãos* do estado tinham de ser revolucionados. O súdito só poderia ser aniquilado em uma sangrenta luta de libertação.

O conhecido “mal-entendido” provocou a revolução. Certamente ocorreu um mal-entendido. O ataque dos soldados, o prolongamento da luta por 16 horas, a necessidade que teve o povo de forçar a retirada das tropas – isto é prova suficiente de que o povo havia *entendido* absolutamente *mal* as concessões do 18 de março.

Os resultados da revolução foram: de um lado, o armamento do povo, o direito de associação, a soberania do povo conquistada de fato; de outro, a conservação da monarquia e o ministério Camphausen-Hansemann, isto é, o governo dos representantes da alta burguesia.

A revolução teve, pois, duas séries de resultados, que deviam necessariamente se contrapor. O povo vencera, conquistara liberdades de natureza decididamente democrática; mas o domínio imediato não passou para suas mãos, mas para as da grande burguesia.

Em uma palavra, a revolução não se consumou. O povo deixou à grande burguesia a constituição de um ministério, e a grande burguesia demonstrou imediatamente suas tendências oferecendo uma aliança à velha nobreza prussiana e à burocracia. Arnim, Kanitz, Schwerin entraram no ministério.

A alta burguesia, desde sempre anti-revolucionária, por medo do povo, isto é, dos trabalhadores e da burguesia democrática, firmou uma aliança defensiva e ofensiva com a reação.

Os partidos reacionários unidos iniciaram sua luta contra a democracia *pondo em questão a revolução*. A vitória do povo foi negada; a famosa lista dos “dezessete militares mortos”⁵ foi fabricada; os lutadores das barricadas foram difamados de todos os modos possíveis. E isso não bastou. O ministério permitiu que a Dieta Unificada convocada antes da revolução se reunisse de fato e redigisse *post festum* a transição legal do absolutismo para a constituição. Desse modo a revolução foi diretamente negada. Ulteriormente foi encontrada a teoria ententista, a revolução foi então negada mais uma vez, e ao mesmo tempo foi negada a soberania do povo.

A revolução foi, portanto, de fato posta em questão, e pôde ser posta em questão porque foi somente meia revolução, só o começo de um longo movimento revolucionário.

Aqui não podemos detalhar por que e até que ponto o domínio momentâneo da alta burguesia é, na Prússia, uma etapa necessária da transição para a democracia e por que a alta burguesia, imediatamente após sua ascensão ao trono, se bandeia para a reação. Por enquanto, apenas relatamos os fatos.

A Assembleia Ententista tinha, pois, de declarar se reconhecia ou não a revolução.

Mas, nessas circunstâncias, reconhecer a revolução significava reconhecer o lado democrático da revolução perante a alta burguesia, que pretendia confiscá-lo.

Reconhecer a revolução significava, naquele momento, reconhecer justamente a *insuficiência* da revolução, e assim reconhecer o movimento democrático, que se voltava contra uma parte dos resultados da revolução. Significava reconhecer que a Alemanha se encontra em um movimento revolucionário no qual o ministério Camphausen, a teoria ententista, as eleições indiretas, o domínio dos grandes capitalistas e os produtos da própria Assembleia podem ser, de fato, pontos de transição inevitáveis, mas de modo algum seus últimos resultados.

O debate na Câmara sobre o reconhecimento da revolução foi conduzido por ambas as partes com grande amplitude e grande interesse, mas notável falta de espírito. Há poucas coisas mais desagradáveis de ler do que esse debate difuso, interrompido a todo momento por ruídos ou sofismas regimentais. Ao invés da grande paixão da luta de partidos, uma serenidade fria, que a todo momento ameaça se rebaixar ao tom de um colóquio amigável; ao invés do rigor cortante da argumentação, um palavrorio prolixo e confuso que se perde nos detalhes; ao invés de respostas contundentes, aborrecidas prédicas morais sobre a essência e a natureza da moralidade.

A esquerda também não se distinguiu especialmente nesse debate⁶. A maioria de seus oradores repetiu-se uns aos outros; nenhum ousou atacar decididamente a questão de frente e se exprimir de modo decididamente revolucionário. Temeram o tempo todo escandalizar, ofender, assustar. Se os combatentes do 18 de março não tivessem demonstrado mais energia e paixão na luta do que os senhores da esquerda no debate, a Alemanha estaria em apuros.

Colônia, 14 de junho⁷.

O deputado Berends, de Berlim, abriu o debate propondo a moção:

A Assembleia declara, em reconhecimento da revolução, que os combatentes do 18 e 19 de março prestaram relevantes serviços à pátria.

A forma da moção, o clássico estilo romano-lacônico, recuperado pela grande Revolução Francesa, era perfeitamente adequada.

Tanto mais inadequada foi a maneira pela qual o sr. *Berends* desenvolveu sua moção. Ele não falou de modo revolucionário, mas conciliador. Tinha de representar a ira dos insultados combatentes das barricadas diante de uma assembleia de reacionários, e pontificou muito calma e aridamente, como se falasse ainda como professor da Associação dos Artesãos de Berlim. Tinha uma causa muito simples, muito clara para defender, e seu desenvolvimento foi o mais confuso possível.

O sr. *Berends* começa:

“Meus senhores! O reconhecimento da revolução está plenamente na natureza das coisas (!). Nossa Assembleia mesma é um reconhecimento eloquente do grande movimento que atravessou todos os países civilizados da Europa. A Assembleia resultou dessa revolução, sua existência é, pois, o reconhecimento de fato da revolução.”

Primeiro. Não se trata de modo algum de reconhecer em geral, como um fato, o “grande movimento que atravessou todos os países civilizados da Europa”; isso seria superficial e insignificante. Trata-se, pelo contrário, de reconhecer os combates de rua de Berlim, que são tratados como tumulto, como uma autêntica, verdadeira revolução.

Segundo. Sem dúvida a Assembleia em Berlim é, por um lado, um “reconhecimento da revolução”, uma vez que, sem os combates de rua de Berlim, não teria sido possível uma constituição “conciliada”, e sim no máximo uma outorgada. Mas, graças à forma de sua convocação, graças ao mandato que lhe foi conferido pela Dieta Unificada e pelo ministério, ela se tornou igualmente uma *negação* da revolução. Uma Assembleia assentada “no terreno da revolução” não concilia, decreta.

Terceiro. A Assembleia já reconhecera a teoria ententista no voto sobre a mensagem⁸, já negara a revolução no voto contra a passeata ao túmulo dos combatentes mortos⁹. Ela negou a revolução sobretudo ao “deliberar” ao lado da Assembleia de Frankfurt.

A moção do sr. *Berends* fora já de fato duas vezes rejeitada. Dessa vez, seu fracasso era ainda mais previsível, dado que a Assembleia deveria se pronunciar abertamente.

Já que a Assembleia era mesmo reacionária, já que certamente o povo nada mais tinha a esperar dela, era do interesse da esquerda que a minoria *a favor* da moção fosse a menor possível, e abrangesse só os membros mais resolutos.

O sr. *Berends*, portanto, não precisava fazer cerimônia. Ele tinha de agir o mais resolutamente possível, o mais revolucionariamente possível. Em vez de se apegar à ilusão de que a Assembleia era constituinte e pretendia sê-lo, de que a Assembleia se *apoiava* no terreno da revolução, devia explicitar que ela havia negado a revolução indiretamente, e desafiá-la a fazê-lo agora abertamente.

Mas não somente ele, como os oradores da esquerda em geral não assumiram essa política, a única adequada ao partido democrático. Eles se abandonaram à ilusão de que a Assembleia poderia ser persuadida

a dar um passo revolucionário. Por isso fizeram concessões, atenuaram, falaram de reconciliação, e assim negaram *eles mesmos* a revolução.

O sr. Berends continua a se estender, num raciocínio muito frio e numa linguagem muito acanhada, sobre revoluções em geral e sobre a revolução de Berlim em particular. Prosseguindo seu discurso, chega à objeção de que a revolução seria supérflua, porque o rei já concedera tudo antes. E responde:

“Certamente Sua Majestade o rei concedera *muito* ... mas nessas concessões fora alcançada a satisfação do povo? Foi-nos dada a garantia de que essa promessa efetivamente se tornaria verdade? Eu *acredito* que esta garantia ... só foi obtida depois da luta! ... Está estabelecido que uma tal transformação do estado só pode nascer e ser solidamente fundada nas grandes catástrofes da luta. Um grande feito ainda não fora concedido em 18 de março: o armamento do povo ... O povo só se sentiu seguro contra a possibilidade de mal-entendidos quando se armou ... A luta é, *portanto* (!), certamente *uma espécie de acontecimento natural* (!), mas um acontecimento necessário ... a catástrofe na qual a transformação da vida política se torna realidade, verdade.”

Dessa argumentação longa, confusa, regurgitante de repetições, resulta muito claramente que o sr. Berends não tem nenhuma clareza sobre os resultados e a necessidade da revolução. De seus resultados, conhece apenas a garantia das promessas do 18 de março e o “armamento do povo”; sua necessidade, ele a constrói pelo caminho filosófico, parafraseando mais uma vez em grande estilo a “garantia”, e finalmente reitera que nenhuma revolução pode ser efetivada sem revolução.

A revolução foi necessária, isso significa simplesmente que ela foi necessária para alcançar o que agora alcançamos. A necessidade da revolução está em relação direta com seus resultados. Mas como o sr. Berends não tem clareza sobre os resultados, precisa naturalmente recorrer a exaltadas reiterações para construir sua necessidade.

Quais foram os resultados da revolução? De modo algum a “garantia” das promessas do 18 de março, mas, pelo contrário, a subversão daquelas promessas.

Em 18 de março fora prometido: uma monarquia na qual a nobreza, a burocracia, os militares e o clero conservariam as rédeas, mas à alta burguesia seria permitido o controle, por meio de uma constituição *doada* e de liberdade de imprensa com caução. Para o povo, bandeira alemã, frota alemã, serviço militar obrigatório alemão, em vez de prussianos.

A revolução subverteu todos os poderes da monarquia absoluta, nobreza, burocratas, militares e clero. Levou ao domínio exclusivo da alta burguesia. Deu ao povo a arma da liberdade de imprensa sem caução, o direito de associação e, ao menos em parte, também as armas materiais, os mosquetes.

Mas este ainda não é o resultado principal. O povo que lutou e venceu nas barricadas é um povo muito diferente daquele que, em 18 de março, foi à frente do palácio para ser esclarecido, pelo ataque dos Dragões, sobre o significado das concessões obtidas. É capaz de coisas muito diferentes, confronta o governo de modo muito diferente. A conquista mais importante da revolução é *a revolução mesma*.

“Como berlinense eu posso muito bem dizer que é para nós um *sentimento doloroso*” (nada mais!) “... ver esta luta insultada ... Eu me refiro à palavra do sr. primeiro-ministro, que afirmou que é próprio de um grande povo e todos os seus representantes agir com *indulgência pela reconciliação*. *Recorro a essa indulgência*

ao lhes propor, como representante de Berlim, o reconhecimento do 18 e 19 de março. Durante todo o tempo após a revolução o povo de Berlim se conservou, em geral, muito digna e honradamente. Pode ter havido excessos isolados ... e assim eu *acredito* que é *apropriado* que a Assembleia declare etc. etc.”.

A esta conclusão covarde, negadora da revolução, acrescentamos apenas que, depois de uma tal exposição de motivos, a moção merecia ser negada.

Colônia, 14 de junho¹⁰.

A primeira emenda contraposta à moção Berends deve sua curta existência ao deputado sr. *Brehmer*. Era uma declaração prolixa, bem-intencionada, que 1. reconhecia a revolução, 2. reconhecia a teoria ententista, 3. reconhecia tudo aquilo que contribuíra para a transformação ocorrida, e 4. reconhecia a grande verdade de que

Nem cavalo, nem cavaleiro
Guardam a abrupta altura
Em que ficam os príncipes¹¹

com o que finalmente a própria revolução foi de novo reduzida a uma expressão autenticamente prussiana. O bravo sr. mestre-escola *Brehmer* queria agradar a todos os partidos, e nenhum queria nada com ele. Sua emenda foi rejeitada sem discussão, e o sr. *Brehmer* se recolheu com toda a resignação de um desencantado filantropo.

Subiu à tribuna o sr. *Schulze* (de *Delitzsch*). O sr. *Schulze* também é um admirador da revolução, mas um admirador não tanto dos combatentes das barricadas como do pessoal da manhã seguinte, chamado de “povo”, para diferenciar dos “combatentes”. Deseja que o “comportamento do povo *depois* da luta” seja ainda mais especialmente reconhecido. Seu entusiasmo não conhecia limites quando ele ouvia “sobre a moderação e prudência do povo, quando não havia mais nenhum adversário (!) diante dele ... sobre a seriedade, sobre a reconciliação do povo ... sobre seu comportamento diante da dinastia ... víamos que o povo estava bem consciente de que, naquele momento, *olhava a história diretamente nos olhos*”!!

O sr. *Schulze* se entusiasma não tanto com a atividade revolucionária do povo *na* luta quanto com sua inatividade de modo algum revolucionária *depois* da luta.

Reconhecer a generosidade do povo depois da revolução só pode significar uma de duas coisas:

Ou significa insultar o povo, pois seria um insulto reconhecer como um mérito que o povo não tenha cometido nenhuma ignomínia *depois* da vitória.

Ou significa reconhecer o abatimento do povo depois da vitória das armas, que deu à reação a oportunidade de se reerguer.

“Para unificá-las”, o sr. *Schulze* manifestou sua “admiração elevada até o entusiasmo” pelo povo que, primeiro, se portou decentemente e, segundo, deu oportunidade à reação de se reerguer.

O “comportamento do povo” consistia em que ele se ocupava, pleno de entusiasmo, em “olhar a história diretamente nos olhos”, quando deveria ter feito a história; que ele, graças ao “comportamento”, “moderação”, “prudência”, “profunda seriedade” e “dedicação inextinguível” não foi capaz de impedir que

os ministros escamoteassem uma parte após outra da liberdade conquistada; que ele declarou a revolução terminada, ao invés de continuá-la. Quão totalmente diferente procederam os vienenses, que subjugarão a reação golpe após golpe e agora conquistaram um parlamento *constituente* em vez de ententista!¹²

O sr. Schulze (de Delitzsch) reconhece, pois, a revolução sob a condição de não a reconhecer. Por isso recebeu um retumbante Bravo.

Depois de um curto intervalo sobre questões regulamentares, o próprio sr. *Camphausen* sobe à tribuna. Ele observa que, de acordo com a moção Berends, “a Assembleia deve se manifestar e pronunciar um veredito sobre uma *ideia*”. Para o sr. Camphausen, a revolução é apenas uma “*ideia*”. Ele “deixa a critério da Assembleia” decidir se quer fazer isso. Quanto ao assunto mesmo, segundo seu ponto de vista, “talvez não exista uma diferença de opinião tão apreciável”, considerando que, como todos sabem, quando dois alemães brigam, *au fond*¹³ eles sempre concordam.

“Se se pretende repetir que ... chegou um período que *deverá ter por consequência*” (portanto, ainda não teve) “as mais significativas transformações, ninguém está mais de acordo com isso do que eu.”

“Se, pelo contrário, pretende-se afirmar que o estado e o poder estatal perdeu seu fundamento jurídico, que *ocorreu uma subversão violenta do poder existente* ... então eu protesto contra tal interpretação.”

Até agora, o sr. Camphausen via seu principal mérito em ter reatado o fio partido da legalidade; agora, ele afirma que esse fio nunca foi quebrado. Os fatos podem se esfregar em sua cara; o dogma da transição legal ininterrupta do poder de Bodelschwingh para Camphausen não pode se preocupar com os fatos.

“Se se pretende insinuar que estamos no umbral das condições que conhecemos pela história da revolução inglesa do século XVII e da francesa do século XVIII, cujo final é a passagem do poder para as mãos de um ditador”, então o sr. Camphausen precisa protestar.

Nosso pensador amigo da história naturalmente não podia deixar passar a oportunidade de trazer à tona, a propósito da revolução de Berlim, aquelas reflexões sobre o homem que o burguês alemão adora tanto mais ouvir quanto mais frequentemente as tenha lido em Rotteck¹⁴. A revolução de Berlim não pode ser uma revolução já porque, se o fosse, deveria necessariamente gerar um Cromwell ou Napoleão, contra o que o sr. Camphausen protesta.

O sr. Camphausen permite, por fim, aos seus ententistas “expressar seus *sentimentos* pelas vítimas de uma *funesta colisão*”, mas observa que aqui “muitos e essenciais aspectos dependem da expressão”, e deseja ver todo o assunto enviado a uma comissão.

Depois de um novo incidente sobre o regulamento, apresentou-se finalmente um orador que sabe tocar corações e mentes, porque vai ao fundo das coisas. É Sua Reverendíssima o sr. pastor *Müller*, de Wohlau, que se pronuncia a favor do aditamento de Schulz. O sr. pastor não quer “*tomar muito tempo*” da Assembleia, “mas trazer à discussão apenas *um* ponto muito *essencial*”.

Com esse objetivo, o sr. pastor submete à Assembleia a seguinte questão:

“A moção nos conduziu ao âmbito *moral*, e se não a tomamos em sua *superfície*” (como se faz para tomar um assunto *em* sua superfície?), “mas em sua *profundidade*” (há uma profundidade vazia, como há uma amplitude vazia), “não podemos deixar de reconhecer, por mais difícil que possa ser essa consideração, que

se trata nem mais nem menos do que do reconhecimento moral da insurreição; e eu pergunto: uma insurreição é moral, ou não é?”

Não se trata de questão política partidária, mas de algo infinitamente mais importante: um problema teológico-filosófico-moral. A Assembleia não tem que se entender com a coroa sobre uma constituição, mas sim sobre um sistema de filosofia moral. “Uma insurreição é moral ou não?” Tudo depende disso. E o que responde o pastor à Assembleia boquiaberta com o suspense?

“Mas eu não creio que estejamos em condição de poder decidir aqui sobre esse alto princípio moral.”!!

O sr. pastor só levou as coisas até o fundo para declarar que não pode encontrar qualquer fundo.

“Isto foi objeto de meditação de muitos homens *profundos*, e no entanto eles ainda não chegaram a nenhuma conclusão definida. Também não alcançaremos clareza no curso de um rápido debate.”

A Assembleia está como que fulminada. O sr. pastor apresenta-lhe um problema moral com o aguçado rigor e toda a gravidade que o objeto exige; ele o apresenta para em seguida declarar que o problema é insolúvel. Nesta situação angustiante, os ententistas deviam estar se sentindo como se já estivessem realmente “sobre o terreno da revolução”.

Mas tudo não passava de uma simples manobra sacerdotal do sr. pastor para encaminhar a Assembleia à penitência. Ele tem um bálsamo pronto para os contritos:

“Creio que há ainda um terceiro ponto de vista que deve ser levado em conta: todas as vítimas do 18 de março *agiram em uma condição que não permitia uma decisão moral.*” !!

Os combatentes das barricadas não eram capazes de responder por seus atos.

“Mas se me perguntarem se eu os considero moralmente competentes, respondo vigorosamente: ‘Sim!’”

Perguntamos: se a palavra de Deus do interior se faz eleger para a Assembleia de Berlim apenas para aborrecer todo o público com sua casuística moralizadora, isso é *moral* ou *não é moral*?

O deputado *Hofer* protesta contra tudo em sua condição de camponês pomerano. “Pois quem eram os militares? Não eram nossos irmãos e filhos? Atentem para a impressão que causará quando o pai da costa marítima” (em vândico: po more, isto é, Pomerânia) “ouvir como seu filho foi tratado aqui!”

Os militares podem ter se comportado como quiseram, podem ter-se prestado à mais infame traição – tanto faz, eram nossos jovens pomeranos, e portanto três Hurras para eles!

O deputado *Schultz* de Wanzleben: Meus senhores, os berlinenses devem ser reconhecidos. Sua coragem foi ilimitada. Eles venceram não somente o medo dos canhões. “O que pode significar o medo de ser destroçado pelas metralhas se comparado ao *perigo* de incorrer em uma pena severa, talvez vergonhosa, como promotor de *distúrbios de rua*. A coragem implícita em aceitar essa luta é tão elevada que, *em face dela*, mesmo a coragem diante das fauces abertas dos canhões *não pode sequer* ser levada em conta!”

Ou seja, os alemães não fizeram uma revolução antes de 1848 porque temiam o comissário de polícia.

O ministro *Schwerin* levanta-se para declarar que renunciará caso a moção Berends seja aprovada.

Elsner e *Reichenbach* falam contra a emenda de Schultz.

Dierschke observa que a revolução deve ser reconhecida porque “a batalha da liberdade moral ainda não foi concluída” e porque a Assembleia também foi “convocada pela liberdade moral”.

Jacoby exige o “pleno reconhecimento da revolução com todas as suas consequências”. Seu discurso foi o melhor de toda a sessão.

Finalmente, depois de tanta moral, tédio, indecisão e conciliação, nos alegramos em ver subir à tribuna nosso *Hansemann*. Agora finalmente vamos ouvir algo decidido, algo com pé e cabeça – mas não, também o sr. *Hansemann* se apresenta hoje moderado, mediador. Ele tem suas razões, ele não faz nada sem ter suas razões. Percebe que a Assembleia fraqueja, que a votação é incerta, que a emenda correta ainda não foi encontrada. Quer adiar o debate.

Com este objetivo, reúne todas as suas forças para falar o mais docemente possível. O fato está aí, é incontestável. Apenas alguns o denominam revolução, outros, “grandes acontecimentos”. Não podemos “esquecer que aqui não houve uma *revolução* como em Paris, como antes na Inglaterra, mas aqui houve, sim, uma *transação* entre a coroa e o povo” (estranha transação, com metralhas e tiros de espingarda!). “Mas justamente porque nós” (ministros) “em certo sentido não fazemos objeção contra a essência da matéria, mas, por outro lado, a expressão deve ser escolhida de tal modo que a base do governo, sobre a qual nos apoiamos, permaneça possível” – por isso o debate deve ser adiado, para que os ministros possam deliberar.

Quanto deve ter custado a nosso *Hansemann* usar esses termos e admitir que a “base” sobre a qual o governo se apoia é tão fraca que poderia ser derrubada por uma “expressão”! Compensa-o apenas a satisfação de poder transformar novamente o tema em uma *questão de gabinete*.

O debate foi, pois, adiado.

NGR, nº 17, 17/6/48

Colônia, 14 de junho. *Segundo dia*. – O debate começa novamente com longas discussões sobre o regulamento. Depois de resolvidas, apresenta-se o sr. *Zachariä*. Ele propôs a emenda que deveria tirar a Assembleia do apuro. A grande locução ministerial fora encontrada. Diz ela:

“Considerando o alto significado dos grandes acontecimentos de março, aos quais, vinculados à anuência real” (que foi ela mesma um “acontecimento de março”, embora não um “grande”), “devemos a presente condição jurídico-política, e também que o mérito dos combatentes para isso” (a saber, para a anuência real), “é incontestável (!), e, além disso, que a Assembleia não reconhece como sua tarefa emitir julgamentos” (a Assembleia tem de declarar que não tem qualquer julgamento!), e sim *se entender com a coroa sobre a constituição*, a Assembleia passa à ordem do dia”.

Essa moção confusa, inconsistente, que parece prestar homenagens a todos os lados, e na qual, como o sr. *Zachariä* se gaba, “qualquer um, mesmo o sr. *Berends*, encontrará *tudo que poderia pretender*, no bom sentido no qual a moção foi proposta por ele”, esse mingau agridoce é, portanto, a “expressão” sobre cuja “base” o ministério *Camphausen* se “apoiar” e pode se apoiar.

O sr. pastor *Sydow*, de Berlim, animado com o sucesso de seu colega *Müller*, sobe também ao púlpito. A questão moral gira em sua cabeça. O que *Müller* não pôde, ele poderá resolver.

“Meus senhores, permitam-me neste momento dizer *imediatamente*” (depois de já ter predicado por meia hora) “o que o sentimento do dever me obriga: se o debate continua, em minha opinião a ninguém é permitido calar até que tenha cumprido com seu dever de consciência. (Bravo!)

“Permitam-me uma observação pessoal. Meu ponto de vista sobre uma revolução é que (Ao assunto! Ao assunto!), quando uma revolução sobrevém, ela é somente o sintoma da culpa dos dois lados, os governantes e os governados. Esta” (esta platitude, essa maneira barata de arranjar as coisas) “é a concepção moral superior sobre o assunto, e (!) não nos antecipemos ao julgamento cristão-moral da nação.” (Os senhores acham então que estão aqui para quê?) (Agitação. Questão de ordem!)

“Mas meus senhores”, continua o imperturbável defensor da concepção moral superior e do inantecipável julgamento cristão-moral da nação, “não sou da opinião de que não pode haver épocas em que a *legítima defesa* (!) política de um povo irrompe com a necessidade de um acontecimento natural, e ... então, sou da opinião de que o indivíduo *pode participar nisso de modo plenamente moral*”. (Graças à casuística, estamos salvos!) “*Sem dúvida também é possível participar de modo imoral*, então isso deve ser deixado à sua consciência.” (!!)

Os combatentes das barricadas não concernem à *soi-disant*¹⁵ Assembleia Nacional, concernem ao confessionário. E assim o assunto está resolvido.

O sr. pastor *Sydow* esclarece ainda que tem “coragem”, fala largamente sobre a soberania do povo do ponto de vista da concepção moral superior, é interrompido ainda três vezes por clamores impacientes e volta a seu lugar com a tranquila convicção de haver cumprido com seu dever de consciência. Agora o mundo sabe qual é a opinião do pastor *Sydow*, e qual não é.

O sr. *Plönnis* declara que a matéria deveria ser deixada de lado. Uma declaração agitada até a diluição com tantas emendas e sub-emendas, com tantos debates e questiúnculas, não tem mais nenhum valor. O sr. *Plönnis* tem razão. Mas não podia prestar serviço pior à Assembleia do que ter chamado a atenção para esta circunstância, para esta prova da covardia de tantos membros de ambos os lados.

O sr. *Reichensperger*, de Trier: “Não estamos aqui para construir teorias e *decretar história*, devemos tanto quanto possível *fazer história*.”

De modo nenhum! Aceitando a ordem do dia motivada, a Assembleia decidiu, ao contrário, que está aqui para fazer a história desacontecer. O que, sem dúvida, é outra maneira de “fazer história”.

“Lembro o ditado de *Vergniaud*, de que a revolução devora seus próprios filhos.”

Infelizmente não! Muito ao contrário, ela será devorada por seus próprios filhos!

O sr. *Riedel* descobriu que a moção *Berends* “não deve ser entendida apenas pelo que as palavras simplesmente dizem, pois nela oculta-se uma luta de princípios”. E esta vítima da concepção moral superior é conselheiro privado do arquivo e professor!

Mais uma vez se dirige à tribuna um muito venerando senhor pároco. É o sr. *Jonas*, o pregador das senhoras, de Berlim. Ele parece realmente ter tomado a Assembleia por um auditório de filhas da classe culta. Com toda a ostentação pretensiosa de um autêntico adepto de *Schleiermacher*, preconizou uma série infinita dos mais triviais lugares-comuns sobre a imensamente importante diferença entre revolução e

reforma. Antes de ter encerrado sequer a introdução de sua prédica, foi interrompido três vezes; finalmente prorrompeu com sua grande frase:

“A revolução é algo que contradiz frontalmente nossa atual consciência religiosa e moral. A revolução é uma façanha que foi considerada grande e magnífica na antiga Grécia e na antiga Roma, mas na era cristã...” (Interrupção violenta. Confusão geral. Esser, Jung, Elsner, o presidente e inúmeras vezes se intrometem no debate. Finalmente o amado pregador retoma a palavra.)

“Em todo o caso, contesto à Assembleia o direito de votar sobre princípios religiosos e morais; sobre estes nenhuma assembleia pode votar” (e o Consistório, e o Sínodo?). “Pretender decretar ou declarar que a revolução é um alto princípio moral ou qualquer outra coisa” (portanto, qualquer coisa em geral), “é, a meu ver, como se a Assembleia pretendesse decidir se há um Deus, ou nenhum Deus, ou vários.”

Então é isso. O pregador das senhoras conseguiu levar de novo a questão para o âmbito da concepção moral superior e agora ela naturalmente concerne apenas aos concílios protestantes, aos fabricantes de catecismo do Sínodo.

Graças a Deus! Depois de todo esse martírio moralista apresenta-se finalmente nosso *Hansemann*. Com este espírito prático, estamos inteiramente protegidos da concepção moral superior. O sr. *Hansemann* afasta todo o ponto de vista moral com uma observação desdenhosa: “Temos, eu lhes pergunto, ócio bastante para nos lançarmos em tais lutas de princípios?”

O sr. *Hansemann* se lembra de que ontem um deputado falou dos trabalhadores sem pão. O sr. *Hansemann* usa essa observação para uma hábil virada. Fala da carência da classe trabalhadora, se compadece de sua miséria e pergunta: “Qual é a origem da carência geral? Creio ... que cada um traz em si o sentimento de que não haverá nenhuma certeza de estabilidade enquanto nossas condições jurídico-políticas ainda não estiverem ordenadas”.

Aqui o sr. *Hansemann* fala do fundo de sua alma. A confiança precisa ser restabelecida! exclama – e o melhor meio para o restabelecimento da confiança é a negação da revolução. E então o orador do ministério, que “não vê qualquer reação”, apela para uma descrição alarmante da importância da atitude amistosa da reação. “Eu lhes suplico que promovam a concórdia entre *todas as classes*” (insultando as classes que fizeram a revolução!); “eu lhes suplico que promovam a concórdia entre o povo e o exército; considerem que no exército repousam nossas esperanças de afirmar nossa independência” (na Prússia, onde todos são soldados!); “reflitam nas difíceis circunstâncias em que nos encontramos – não preciso detalhá-las para os senhores, o leitor de jornais atento” (e certamente todos os senhores o são) “*reconhecerá* que essas circunstâncias são difíceis, *extremamente difíceis*. Não julgo adequado, justo neste momento, dar uma declaração que levará ao país uma *semente de discórdia* ... Por isso, meus senhores, *conciliem* os partidos, não acolham nenhuma questão com a qual *provoquem os adversários*, pois isso *certamente acontecerá*. Aceitar a moção poderia ter *as mais tristes consequências*.”

Como devem ter rido os reacionários quando viram o outrora tão resoluto *Hansemann* infundir o medo, com esse discurso, não somente na Assembleia, mas até em si mesmo!

Esse apelo ao medo dos grandes burgueses, advogados e mestre-escolas da Câmara teve mais efeito do que todas as frases sentimentais sobre a concepção moral superior. A questão estava decidida.

D'Ester lançou-se ainda ao combate para frustrar esse efeito, mas em vão; o debate foi encerrado, e 196 votos contra 177 aprovaram a ordem do dia motivada de Zachariä.

Assim a Assembleia pronunciou seu próprio julgamento, o de que não tem julgamento.

¹ NGR, nº 14, 14/6/48

² 28.11.1920 – 05.08.1895. Fundador, juntamente com [Marx](#), do socialismo científico e expositor brilhante de sua filosofia: o materialismo dialético. Seu pai era fabricante de tecidos, e a difícil situação dos operários da fábrica paterna bem cedo feriu a sua sensibilidade. Nas *Cartas de Buppertal*, que escreveu em 1839, descrevia e criticava as condições de miséria em que viviam os trabalhadores da indústria têxtil alemã. Democrata, revolucionário, desde muito jovem ingressou Engels no movimento socialista. Em 1842, transferindo-se para Londres, acompanhou de perto a luta cartista, e aí realizou o seu famoso estudo sobre a *Situação da Classe Operária na Inglaterra*, publicado em 1845. Já antes, em 1844, publicara um trabalho crítico sobre a Economia Política, nos *Anais Franco-Alemães*, revista editada em Paris por [Marx](#) e [Ruge](#). Em ambos esses trabalhos formulara Engels alguns dos elementos teóricos do socialismo científico. Cheglov observa que Engels chegou, como [Marx](#), ao comunismo e ao materialismo antes de sua colaboração comum, isto é, independentemente um do outro. Conheciam-se desde 1841, por troca de cartas, sendo Engels colaborador do jornal de [Marx](#), a *Gazeta Renana*. O primeiro encontro pessoal de ambos se verificou em Colonia, quando aquele seguia para a Inglaterra. Mas desde então se ligaram para o resto da vida, irmanados pelo mesmo destino e por uma amizade sem exemplo em homens de tal porte. "Em fins de setembro de 1844, Engels escreve a [Marx](#), de Barmen, onde vivia a sua família e onde ele nascera. Ainda não tinha Engels completado seus 24 anos. Aborrecia-se da vida no seio da família e procurava escapar de seu controle. Seu pai, autoritário, industrial cheio de convicções, revoltava-se de ver seu filho frequentar reuniões políticas e professar ideias comunistas. "Se não fosse por causa de minha mãe, que é um belo espírito e a quem amo verdadeiramente... — escreve Engels — eu não saberia como permanecer aqui, durante as poucas semanas que ainda me restam... Não podes imaginar — lamenta-se ele — as considerações mesquinhas e as crenças supersticiosas com que me cercam. (*Correspondance K. Marx- Engels*, tomo I, pág. 2). Durante o tempo em que ainda esteve em Barmen, onde o reteve também, por algum tempo, uma aventura romanesca, ele cede à pressão de seu pai e vai trabalhar, durante uma quinzena, nos escritórios da fábrica pertencente a seu progenitor. "O comercio causa-me horror... Barmen e a perda de tempo me horrorizam, mas o que, acima de tudo, me aborrece é continuar não um simples burguês, mas um fabricante, um burguês que intervém ativamente contra o proletariado. Eu me consolo, continua Engels, trabalhando em meu livro sobre a situação da classe operária". (Ibidem — pág. 23). "Pode-se estar, na qualidade de comunista, à par com a sua situação exterior, burguês e traficante, quando nada se escreve; mas fazer propaganda comunista em grande escala e, ao mesmo tempo, ocupar-se de comercio e de industria, eis o que não está bem. Já estou esgotado. Vou-me embora por ocasião da Pascoa. Acrescenta-se a isto, a vida cansativa no seio de uma família prussiana, radicalmente cristã: se isto continua, acabarei por me tornar um filisteu alemão e levarei comigo os estigmas para o comunismo". (Ibidem — págs. 23-24) Eis o que escrevia o jovem Engels Depois da revolução de 1848, a vida obrigou-o a voltar ao escritório de seu pai, para se entregar, por longos anos, a "este cão de comércio". Mas ele se houve bem, criando em torno de si uma atmosfera, não de prussianismo cristão, mas uma toda diferente uma atmosfera de camaradagem, e soube tornar-se, por toda a vida, o inimigo, implacável da "introdução do filisteísmo no comunismo" (Lénin - *Marx, Engels e Marxismo*, pág. 182 — Edit. Calvino Ltda. — 1945). Data de 1844-1845 a primeira obra de colaboração entre os dois: *A Sagrada Família*, polemica dirigida contra os hegelianos de esquerda e particularmente contra os irmãos [Bauer](#): "Criticando o idealismo dos hegelianos, [Marx](#) e Engels reelaboraram materialisticamente a dialética de [Hegel](#) Descobriram as leis da dialética na realidade objetiva, na historia humana* demonstraram que a verdadeira força da historia humana reside, não no automovimento da ideia, mas no movimento das massas" (A. Cheglov) Nessa obra se encontram os fundamentos do materialismo dialético e da interpretação materialista da historia, sem embargo de ainda conservar certos vestígios da influência feuerbachiana. Na obra que se seguiu, também realizada em colaboração, *A Ideologia Alemã*, é que eles se libertam da influência hegeliana e feuerbachiana, aparecendo como pensadores emancipados e seguros de sua própria concepção. Lembremos que *A Ideologia Alemã*, escrita em 1845-1846, não encontrou na época nenhum editor disposto a publicá-la, daí sua publicação recentemente — em 1932, na URSS. "1846. Engels está em Paris Nesta época, Paris inteira dedica-se à politica e à discussão das diferentes teorias socialistas. Engels estuda com avidez o socialismo, conhece pessoalmente [Cabet](#), [Louis Blanc](#), e outros socialistas de evidencia, frequenta as redações e outros círculos. Sua atenção dirige-se principalmente para a doutrina socialista mais seria e mais divulgada nesses tempos, o [proudhonismo](#) Antes mesmo do aparecimento de *A Filosofia da Miséria*, de [Proudhon](#) (outubro de 1846; [Marx](#) respondeu-lhe pela sua celebre *Miséria da Filosofia*, aparecida em 1847), Engels faz uma crítica mordaz, impiedosa e com uma notável profundidade, sobre as ideias mestras de [Proudhon](#), que, então, exaltava particularmente o socialista alemão [Grün](#) O perfeito conhecimento do inglês e da literatura inglesa, que [Marx](#) não assimilou, senão mais tarde, permite a Engels (carta de 18 de setembro de 1846) assinalar, com segurança, os exemplos da falência na Inglaterra, das famosas "lojas de trabalho" proudhonianas. [Proudhon](#) calunia o socialismo — diz Engels, cheio de indignação, — pois de acordo com [Proudhon](#) os operários devem *redimir* o capital. Já com 26 anos, Engels destrói, literalmente, o "socialismo verdadeiro" — achamos essa expressão em sua carta de 23 de outubro de 1846, muito tempo antes do *Manifesto do Partido Comunista*. — socialismo cujo principal representante, a seu modo de ver, é Grün. Uma doutrina anti-proletária, pequeno-burguesa, de "vagabundos", de "frases ocas", toda especie de tendências "humanitárias", o "medo supersticioso" do "comunismo de estomago (*Loffel-Kommunismus* — literalmente: "comunismo da colher"), "planos pacíficos para tornar feliz a humanidade" — é assim que Engels considera o socialismo pré-marxista, em todos os seus aspectos" (Lénin: *Marx, Engels e Marxismo*). Em 1847, escreveu para a [Liga dos Comunistas](#), cuja sede era em Londres, um projeto de catecismo ou "profissão de fé comunista" (publicado por [Bernstein](#), em 1931, com o título de *Princípios do Comunismo*), que serviu a [Marx](#) como base para redigir o celebre *Manifesto Comunista*, aparecido em fevereiro de 1848, em alemão". "Em sua carta de 24 de novembro de 1847, Engels informava a [Marx](#) que tinha esboçado um projeto do *Manifesto Comunista*, pronunciando-se, entre outras coisas, contra a forma de catecismo que anteriormente se tinha pretendido dar. "Começo pela questão, escreve Engels, que é o comunismo? Passo, logo a seguir, ao proletariado: origem, o que o diferencia dos

trabalhadores antigos, desenvolvimento da oposição entre o proletariado e a burguesia, crises, conseqüências... e, finalmente, a política do Partido Comunista". (*Correspondance K. Marx-F. Engels*, tomo I, pág. 138). "Esta carta histórica de Engels sobre o primeiro esboço de uma obra que fez a volta ao mundo e que, até o presente, é justa em tudo o que há de mais essencial, viva e atual, como se tivesse sido escrita ontem, mostra claramente que se tem razão em colocar, lado a lado, os nomes de [Marx](#) e de Engels, como fundadores do socialismo contemporâneo". ([Lénin](#) — *Pravda*, n. 268, de 28 de novembro de 1920). Obrigado por suas atividades comerciais, residiu durante vinte anos em Manchester, de onde colaborou em diversas publicações estrangeiras e prestou a [Marx](#) o auxílio material necessário para que se pudesse dedicar ao seu trabalho de investigação. A partir de 1870, época em que abandonou Manchester para se estabelecer em Londres, começou a desenvolver intensa atividade dentro do movimento operário Incorporado ao Conselho diretor da Primeira Internacional, da qual foi um dos fundadores, como [Marx](#), encabeçou com o seu amigo a luta contra a tendência anarquista de [Bakúnin](#) e reservou para si a missão de difundir e esclarecer, em face das mais diversas questões, as ideias do socialismo marxista. Fruto deste trabalho foi uma série de obras notáveis, entre as quais se destacam *O Problema da Moradia* (*Zur Wohnungsfrage*, 1874) e o celebre *Anti-Dühring* (1878), considerado como "a obra mais importante produzida pelo socialismo moderno, depois de *O Capital*". Inspirando-se nas mesmas ideias que [Marx](#) e colaborando intimamente com ele, Engels, em todas as suas obras filosóficas, opõe, da mesma forma, clara e sucintamente, a respeito de *todas* as questões, as duas tendências, materialista e idealista, sem tomar a sério, nem em 1878, nem em 1888, nem em 1891, as inúmeras tentativas feitas por muitos para "superar" o "exclusivismo" do materialismo e do idealismo, para afirmar uma *nova* tendência, quer se tratasse do "positivismo", do "realismo", ou qualquer outro charlatanismo professoral. *Toda* a sua campanha contra [Dühring](#), Engels a fez, procurando a aplicação consequente do materialismo e acusando o materialista [Dühring](#) de confundir a questão com palavras, de cultivar frases, de usar processos de raciocínio que implicam numa concessão ao idealismo, na passagem a posições idealistas. Ou o materialismo, consequente até o fim, ou a mentira e a confusão do idealismo filosófico, esta é alternativa apresentada em cada um dos parágrafos do "*Anti-Dühring*"; e os indivíduos de cérebros embebidos na filosofia professoral reacionária ficaram sozinhos, sem sequer se aperceber. Até 1894, data em que escreveu o seu último Prefácio para o *Anti-Dühring*, cuja revisão acabava de fazer e que então tinha recebido o seu último retoque, Engels, que se mantinha a par da filosofia nova e dos progressos das ciências naturais, não deixou de insistir com a máxima decisão nas suas concepções, claras e firmes, varrendo a poeira dos novos sistemas, grandes e pequenos. O fato de que se tenha posto ao par de tudo o que diz respeito à filosofia moderna, verifica-se por seu livro *Ludwig Feuerbach*. Menciona mesmo, no prefácio de 1888 a esse livro, um detalhe como o do renascimento da filosofia clássica alemã na Inglaterra e na Escandinávia; quanto ao neo-kantismo dominante e quanto à doutrina de [Hume](#), Engels não demonstra por eles (no seu Prefácio como no próprio texto do livro) senão o mais profundo desprezo. É evidente que Engels, observando a repetição dos velhos erros de [Kant](#) e [Hume](#), anteriores a [Hegel](#), por parte da filosofia alemã e inglesa em voga nesse período, se tenha mesmo inclinado a esperar algum benefício de uma volta à [Hegel](#) (na Inglaterra e na Escandinávia), esperando que esse grande idealista e dialético contribuisse para dissipar os erros primários do idealismo e da metafísica. Sem se dedicar ao exame das inúmeras nuances do neo-kantismo na Alemanha, e da doutrina de [Hume](#) na Inglaterra, Engels condena, em primeiro lugar, o abandono decisivo do materialismo por parte desses filósofos. Qualifica *toda* a tendência dessas duas escolas como um *reco científico*. Como considerava ele a tendência, inegavelmente "positivista", de acordo com a terminologia corrente, inegavelmente "realista", desses neokantistas e desses partidários de [Hume](#), entre os quais não poderia ignorar, por exemplo, um [Huxley](#)? Engels considerava que o "positivismo" e o "realismo", que seduziam e seduzem ainda uma grande quantidade de confucionistas imitadores, eram, no melhor dos casos, um procedimento de filisteu, que consistia em introduzir sub-repticiamente o materialismo, que acabava de ser renegado e refutado, gritantemente. Basta refletir um momento sobre essa apreciação a respeito de [Huxley](#), esse naturalista de fama, esse realista seguramente muito mais realista, esse positivista seguramente muito mais positivista que [Mach](#), [Avenarius](#), e comparsas, para se aquilatar quanto desprezo poderia fazer nascer em Engels a mania de um punhado de marxistas de hoje, que se colocam a favor do "positivismo mais moderno", ou do "realismo mais moderno", etc. ([Lénin](#) — *Marx-Engels, Marxismo*, págs. 449-50). Desde a morte de [Marx](#), em março de 1883, foi reconhecido como a mais alta autoridade, do movimento socialista internacional, a quem procuravam, em busca de conselho, os dirigentes social-democratas de todos os países. Referindo-se às frequentes visitas que ele recebia em sua casa, em Londres, escreveu [Bonnier](#) as seguintes palavras: "Todos aqueles, e eram muitos, que o visitavam na Regent's Park Road, lembram-se da cordialidade com que eram recebidos, fosse qual fosse a graduação de cada qual no exército socialista. Desde os lutas dores que se acham na primeira linha de combate, publicistas e oradores, até aos simples soldados da causa, eram todos acolhidos com igual atenção e todos saíam dali, daquelas conversações com o amigo e companheiro de [Marx](#), sentindo-se mais firmes em suas ideias e cheios de maior coragem". Pertencem a esse período seu livro, publicado em 1884, sobre *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, um notável ensaio publicado em *Nene Zeit* com o título de *Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã* (1886), bem como um sem numero de artigos aparecidos nas revistas da social-democracia europeia. Por sua excepcional compreensão da ideologia de [Marx](#), era talvez o único que podia realizar a importante e difícil tarefa de publicar os livros segundo e terceiro de *O Capital*, que aquele havia deixado inconclusos; estes volumes apareceram em 1885 e 1894, respectivamente. Pouco tempo depois escreveu um interessante complemento do livro terceiro que, figura como "Apêndice" no volume correspondente. Até a morte, sobrevinda em Londres (5 de agosto de 1895), conservou íntegra a capacidade de trabalho. A morte veio surpreendê-lo quando se preparava para escrever a história da *Primeira Internacional*. Suas cinzas foram lançadas ao Mar do Norte. Sobreviveu doze anos a [Marx](#). Após a morte de [Marx](#), em 1883, tornou-se o chefe espiritual reconhecido e de maior autoridade no movimento operário internacional. Para detalhes sobre sua pessoa, sua vida e sua obra, consultar sobretudo: *Geschichte der deutschen Sozial-Demokratie*, 1921, (*História da Social-Democracia Alemã*), de [Franz Mehring](#); *Karl Marx, Geschichte seines Lebens*, 1920; (*Karl Marx, História de sua vida*), do mesmo autor; *Friedrich Engels in seiner Frühzeit, 1820 bis 1851*, (*Friedrich Engels em sua juventude, 1820-1851*), de [Gustav Mayer](#), e *Friedrich Engels Brevier*, 1920 (*Breviário de Friedrich Engels*), de [Ernst Drahn](#). O grande mérito de Engels está na exposição e no desenvolvimento do materialismo dialético. Entre suas obras teóricas, cabe o primeiro lugar aos ensaios filosóficos São obras primas que exerceram sobre o pensamento do proletariado a mais duradoura influência e, até hoje, não só nada perderam de seu valor científico, mas, ao contrário, adquiriram importância crescente. Engels mostra, nessas obras, com uma mestria e uma clareza incomparáveis, as relações dialéticas da filosofia com as lutas de classes sociais e com o desenvolvimento das forças produtivas e da libertação paralela das ciências da natureza. Desse modo, leva o leitor por caminhos sempre novos a esta verdade de que, se há uma filosofia, que liberta realmente a humanidade inteira, não pode ser senão a filosofia do materialismo dialético, porque somente ela é capaz de preservar o pensamento teórico contra o Scylla do idealismo e o Caribdes do materialismo vulgar mecanicista, bem como de assegurar a

vitoria a uma teoria materialista consequente do conhecimento. Suas obras fundamentais, que constituem já há muito tempo a sólida base ideológica de todos os operários conscientes, são: *Herrn Eugen Dühring's Summwälzung der Wissenschaft*, 1878 (12.a ed., 1923), (*A subversão da ciência pelo Sr. Eugen Dühring*), obra polemica composta à maneira de **Lessing**, viva, atraente e de vigor combativo, uma defesa absolutamente fecunda e inigualável da concepção materialista do mundo; *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie*, 1888 (**Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**), excelente ensaio sobre o desenvolvimento da filosofia de **Hegel** até **Marx**. Uma obra menos conhecida, editada recentemente, e possuindo todas as qualidades que fizeram do **Anti-Dühring** a principal arma dos marxistas na luta contra os novos sistemas idealistas de filosofia e contra todos os falsificadores de Engels, é *Natur und Dialektik (Dialética e Natureza)*, coletânea de artigos e fragmentos em grande parte inéditos, escritos de 1873 a 1892, constituindo o segundo volume do Arquivo Marx-Engels (Moscou, 1925). Essa obra é uma fonte inesgotável para todos os que se interessam pela luta pelo materialismo dialético e por sua justa interpretação e estejam convictos da necessidade de incorporar harmoniosamente ao marxismo os resultados das ciências naturais modernas. Vejamos, entre suas outras obras teóricas e metodológicas, as mais importantes. Em colaboração com **Marx**: *Marx und Engels über Feuerbach (Marx e Engels sobre Feuerbach)*, primeira parte da *Deutschen Ideologie* (Arquivo Marx-Engels, vol. I, 1926); *Grundsätze des Kommunismus (Princípios do comunismo)*, 1844 (nova edição de **Eduard Bernstein**, 1914); em colaboração com **Marx**: *Manifest der kommunistischen Partei (Manifesto do Partido Comunista)* 1848 (nova edição Viva-Verlag, 1923); *Die entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft (Do Socialismo utópico ao socialismo científico)* 1883 (nova edição Viva-Verlag, 1924); *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats (A origem da família, da propriedade privada e do Estado)* 1884 (22.a edição, 1922); *Zur Geschichte des Urchristentums (Contribuição à historia do cristianismo primitivo)*, *Neue Zeit*, 1804-1895. Ainda mais: *Aus dem literarischen Nachlass von Karl Marx und Friedrich Engels (extratos da obra literária de Karl Marx e Friedrich Engels)*, organizados por **Franz Mehring** (3.ª edição, 1920). O estudo de sua rica correspondência é igualmente indispensável. Indicamos antes de tudo: *Briefwechsel zwischen Friedrich Engels und Karl Marx (Correspondência entre Friedrich Engels e Karl Marx)*, 1844-1883, editada por **August Bebel** e **Eduard Bernstein** em 1913; *Briefe und Auszüge aus Briefen von Joh. Phil. Becker, Jos Dietzgen, Friedrich Engels, Karl Marx u. a. an F. A. Sorge und andere (Cartas e extratos de cartas de John. Phil. Becker... e outros)*, 1906, e *Die Briefe von Friedrich Engels and Eduard Bernstein (Cartas de Friedrich Engels e Eduard Bernstein)*, publicadas por **Eduard Bernstein** em 1925. Fonte: Marxist Internet Archive – Dicionário. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/e/engels.htm> Acesso em: 13.01.2021 07:28.

- ³ A “teoria ententista”, com a qual a burguesia, nas pessoas de Camphausen e Hansemann, pretendiam justificar sua traição à revolução, consistia em que a Assembleia Nacional Prussiana, permanecendo “no terreno do direito”, deveria se limitar à instituição de uma ordem constitucional conciliando com a coroa.
- ⁴ Os editores de jornais políticos deviam depositar uma caução em dinheiro como garantia de que não publicariam nada que desagradasse as autoridades; esse sistema da multa em dinheiro, que substituiu a censura prévia oficialmente abolida em 1848, só foi eliminado pela lei de imprensa de 1874.
- ⁵ Em 24 de março de 1848, aconteceu o funeral, no Cemitério dos Inválidos, dos 15 soldados e dois sub-oficiais mortos (segundo os dados oficiais) em 18 de março. No entanto, um número bem maior de soldados havia morrido, e sido enterrados em silêncio em Spandau. Com essa medida, escamoteou-se a dimensão das lutas do 18 de março e o fato de as tropas prussianas terem sido vencidas pelos berlinenses e obrigadas a recuar.
- ⁶ À esquerda da Assembleia Nacional Prussiana pertenciam, entre outros, os deputados Waldeck, Jacoby, Georg Jung, Julius Berends e d’Ester.
- ⁷ NGR, nº 15, 15/6/48
- ⁸ Ver “A Questão da Mensagem”.
- ⁹ Em 3 de junho de 1848, foi discutida na Assembleia Nacional de Berlim a moção em favor de participar da passeata organizada pelos estudantes junto aos túmulos dos combatentes mortos na revolução de março. Por voto da maioria, essa moção foi recusada.
- ¹⁰ NGR, nº 16, 16/6/48
- ¹¹ Versos da *Canção do súdito alemão*, do pastor schleswigiano Heinrich Harries; modificado por Balthasar Gerhard Schumacher, esse canto se tornou mais tarde o “hino nacional prussiano”, e depois o da Alemanha, de 1871 a 1918, sob o título de *Heil Dir im Siegerkranz*.
- ¹² Sob a pressão das massas populares, o imperador austríaco Ferdinando I viu-se obrigado a declarar a Dieta Imperial austríaca uma Assembleia Constituinte, no manifesto de 16 de maio e 3 de junho de 1848.
- ¹³ No fundo.
- ¹⁴ A formulação de Rotteck já proclamada em 1816: “o cidadão como defensor nato de sua pátria”, foi mais tarde ampliada por ele para a formulação: “o soldado não deve deixar de ser um cidadão” – uma frase que, 150 anos mais tarde foi retomada na forma hoje mais comum de *cidadão em uniforme*.
- ¹⁵ Assim-chamada.